

# INSUSTENTABILIDADE DO CAPITAL E POTENCIALIDADES EMANCIPATÓRIAS DE UM CAMPESINATO AGROECOLÓGICO

## INSOSTENIBILIDAD DE CAPITAL Y EL POTENCIAL EMANCIPATORIO DE UN CAMPESINADO AGROECOLÓGICO

**Julio Cesar Pereira Monerat**

PPGEO – UFJF (Mestrado em andamento)

IF SUDESTE MG – Campus Muriaé

julio.monerat@gmail.com

### Resumo

O modo de produção capitalista mostra-se insustentável por conta de sua contradição fundamental entre capital e trabalho que gera uma série de contradições secundárias, dentre as quais a concorrência, o imperialismo, as crises de superprodução e, conseqüentemente, um desafio socioambiental que ameaça a sobrevivência de boa parte da humanidade. No campo o capitalismo também se fundamenta em contradições: notadamente o capital em sua expansão ameaça a propriedade da terra camponesa bem como expropria a renda da terra produzida pelo campesinato, o que também demonstra sua insustentabilidade. Tal situação gera um permanente conflito territorial em que diferentes identidades podem ser desenvolvidas no sentido de reproduzir ou transformar tal dinâmica. O campesinato agroecológico se constitui como portador de uma sociabilidade com o sentido de coevolução entre sociedade e natureza que pode se constituir em uma identidade de projeto que contribua para a superação da insustentabilidade decorrente do modo de produção capitalista.

**Palavras-chaves:** capitalismo, insustentabilidade, camponês, agroecologia, emancipação.

### Resumen

El modo de producción capitalista parece ser insostenible debido a su contradicción fundamental entre el capital y el trabajo que genera una serie de contradicciones secundarias, entre las cuales la competencia, el imperialismo, las crisis de sobreproducción y por lo tanto un desafío ambiental que amenaza la supervivencia de gran parte de la humanidad. En el campo EL capitalismo también se basa en las contradicciones: en particular la capital en su expansión amenaza la tierra propiedad de los campesinos y expropia ingresos de la tierra producido por los campesinos, que también demuestra su insostenibilidad. Esta situación genera una disputa territorial en que las diferentes identidades pueden ser desarrollados para reproducir o transformar esta dinámica. El campesinado agroecológico constituye como carrier de la sociabilidad con el sentido de la coevolución entre la sociedad y la naturaleza que puede constituir un proyecto de identidad que contribuye a la superación de la insostenibilidad decorrente de el modo de producción capitalista.

**Palabras clave:** capitalismo, de insostenibilidad, campesino, agroecología, emancipación.

## Introdução

O capitalismo conta com uma enorme vantagem sobre todas as propostas que objetivam superá-lo, pois, todas acabam tendo que demonstrar sua viabilidade e superioridade em relação ao metabolismo do capital na sua forma mercantil ampliada. Os horizontes de mudança estrutural anticapitalistas, em muitos casos, acabam sendo avaliados como incompletos, inviáveis, impossíveis mesmo de se realizarem. E seus defensores, por sua vez, são enquadrados como sonhadores, utópicos ou mesmo ingênuos por acreditarem na possibilidade do fim do capitalismo. De maneira completamente diferente está posicionado o capitalismo que não precisa demonstrar sua viabilidade enquanto modo de organização da vida social, ou seja, enquanto sociabilidade, já que é a forma social dominante. Tal suposta superioridade do capitalismo é entendida como que previamente dada no sentido de que fora da sociabilidade mercantil comandada pelo capital não haveria outra sociabilidade possível, em especial após o colapso das experiências socialistas na União Soviética e no leste europeu que representariam uma falência “definitiva” das tentativas de superação do capital. Daí que o capitalismo seria a forma mais “eficiente” de se organizar a vida humana e, portanto, com potencial a eternizar-se como a sociabilidade mais avançada possível ao gênero humano.

O grande problema desse entendimento, porém, é que fica faltando complementar a pergunta sobre a superioridade dessa sociabilidade comandada pelo capital com a questão: superioridade para quem? Ou, eficiência para quem, ou ainda, para quê? Tendo em vista que 20% da população mundial consomem 80% da energia disponível, que dos sete bilhões de habitantes do planeta aproximadamente um bilhão é castigado pela fome, que as corporações transnacionais controlam a economia mundial incluindo de sementes às informações (ZIEGLER, 2013) bem como diversas outras situações paradoxais verificam-se que a afirmação da superioridade da sociabilidade do capital acaba seriamente comprometida. Afinal, os paradoxos revelam os limites à expansão da “eficiência” da sociabilidade do capital para o conjunto da humanidade.

Assim é que nesse texto estaremos discutindo que a maior eficiência do capitalismo se restringe a ser uma maior eficiência para o próprio capital, e que seu sucesso representa ao mesmo tempo um grave risco de inviabilidade para uma gigantesca parte da humanidade. Esse conflito entre viabilidades – do capital ou da

humanidade – é que identificaremos como *insustentabilidade socioambiental*. Como verificaremos no decorrer do texto, a relação social fundamental do capitalismo que articula valorização do capital e exploração da força de trabalho é fundada na contradição (NETTO e BRAZ, 2009). E será justamente essa contradição que engendrará as demais contradições: concorrência, imperialismo, guerras, destruição ambiental. Assim, estaremos desenvolvendo a ideia de que *a sustentabilidade socioambiental é impossível sob a lógica do modo de produção capitalista justamente porque se funda em uma relação não sustentável e, portanto, antagônica entre seres humanos separados em classes sociais*. Sem a superação dessa contradição básica, todas as demais são inviáveis ou meramente parciais, o que as coloca sob a permanente condição de ameaçadas pelo metabolismo do capital. Ou seja, pretender articular a convivência entre capital e sustentabilidade é a verdadeira utopia.

Como nossa preocupação é apresentar também alternativas, a partir de nosso referencial que é o campesinato, estaremos discutindo a agroecologia como contribuição camponesa ao metabolismo socioambiental em uma sociedade emancipada. Ou seja, entendemos que o socialismo em sua dimensão agrária deverá necessariamente ser agroecológico, ao mesmo passo que a agroecologia – para não se constituir em uma proposta parcial e, por isso, uma mescla de utopia e ingenuidade – só é plenamente possível no socialismo. Mais do que isso, acreditamos que a humanidade só é sustentavelmente possível em sua forma emancipada, ou seja, na sociedade socialista.

Aproveitamos apenas para salientar que estamos adotando a expressão socialismo com o significado de sociedade emancipada sem perder de vista que a condição emancipada não é um dado estático, mas sim eminentemente processual. Ou seja, a emancipação constitui-se em uma dinâmica emancipatória, num *ir-se emancipando* progressivo.

### **A dinâmica capitalista**

O primeiro elemento que devemos discutir é justamente o processo que está na matriz da contradição social que funda a sociabilidade capitalista, ou seja, a separação entre produtores e meios de produção realizada pelo modo de produção capitalista (NETTO e BRAZ, 2009). Não que tal separação entre produtores e meios de produção seja exclusividade do capitalismo, sendo mesmo substrato dos modos de produção que o

precederam e que se fundavam em diferentes formas de expropriação do excedente, o que era garantido senão pela posse, por diferentes modalidades de controle dos meios de produção por uma classe social (NETTO e BRAZ, 2009). O capitalismo, porém, radicaliza essa separação ao mercantilizar a totalidade os meios de produção e de vida, incluído a própria força de trabalho, o que acaba por levar ao totalitarismo da única sociabilidade possível que se dá através da troca de mercadorias. Ou seja, fora do mercado não há possibilidade de vida social, o que leva a que todos tenham que se confrontar no mercado como proprietários mercantis, uns na condição de proprietários dos meios de produção e muitos na condição de portadores de sua força de trabalho.

A processualidade histórica dessa dinâmica, porém, não deve ser arqueologicamente estudada a partir do presente como se todas as ações humanas do passado conduzissem necessariamente em direção à ascensão do modo capitalista de produção (FALCON e MOURA, 1989). Diferentemente dessa abordagem teleológica é preciso identificar que a consolidação do modo de produção capitalista é um processo marcado pela imposição do poder de uma fração da sociedade sobre as demais, sendo, por isso, marcado pela violência. Longe de ser uma necessidade histórica, o advento do capitalismo – e também sua manutenção – é resultado da luta de classes e não de um destino inexorável (LESSA e TONET, 2012).

A marca inicial dessa violência pode ser verificada na separação do campesinato de suas condições de reprodução social enquanto camponeses. Após um longo processo, na Europa e, em especial na Inglaterra, os camponeses foram expulsos da terra, seu principal meio de produção (FALCON e MOURA, 1989). Esse processo pode ser identificado como mercantilização da terra que passa, a partir desse momento, a ter um preço mercantil. É importante salientar que a terra, por não ser fruto do trabalho humano não é portadora de valor e, por isso, não poderia ser considerada uma mercadoria – necessariamente portadora de valor de uso e valor (MARX, 1996). Porém, a partir dos cercamentos dos campos, sua precificação e utilização mercantil, a terra se torna uma “mercadoria especial”, conforme definida por Marx (STÉDILLE, 2012). Acompanhando essa mercantilização da terra aos camponeses restou somente a possibilidade de venderem no mercado suas respectivas forças de trabalho ao capital manufatureiro e industrial nascentes. Ou seja, em uma sociedade em que paulatinamente a sociabilidade passava a se

articular a partir de trocas mercantis, a única forma de o agora proletário subsistir era através da venda de sua única mercadoria: a força de trabalho.

Juntamente com a separação dos trabalhadores dos meios de produção na Europa, o capital, através da exploração colonial americana, do tráfico e da escravidão de negros africanos e até mesmo da pirataria, pôde realizar sua acumulação primitiva na Europa. A marca da violência perpassa toda essa acumulação. A esse processo de acumulação de capital se articula ainda o desenvolvimento tecnológico – seja no desenvolvimento de máquinas-ferramentas, seja no uso de fontes de energia não-humana ou animal - que permitirá a progressiva expansão produtiva e, conseqüentemente, a reprodução ampliada do capital em escala ampliada (FALCON e MOURA, 1989).

Ao longo do tempo, mudanças na organização do trabalho e na própria organização social foram possibilitando ao capital ampliar cada vez mais o controle sobre a força de trabalho. Assim, além do controle dos meios de produção, o capitalista promoveu a progressiva separação entre trabalho intelectual e trabalho braçal, onde alguns planejam e outros executam. Juntamente com esse processo o capital promoveu a ampliação da divisão do trabalho dentro das próprias unidades produtivas de forma a constituir o trabalhador fragmentado: além de não planejar o que executa, o trabalhador não domina todo o processo produtivo. Tudo isso combinado ao crescente uso de energia não-humana sob diferentes formas – hídrica, a vapor, elétrica, petróleo etc. – e sua articulação com a produção fragmentada em linhas de montagem ou em equipes produtivas possibilitou ao capital aprofundar ainda mais seu controle sobre a força de trabalho.

O processo metabólico que permite a reprodução ampliada do capital, porém, se dá entre capitalistas e operários como uma troca de equivalentes, onde a mercadoria força de trabalho recebe seu devido valor, manifestado no preço dos salários. Nem por isso ele deixa de se fundar na exploração dessa mesma força de trabalho que trabalhando além daquilo que custa para se reproduzir, corporifica uma mais-valia que é expropriada pelo capital. Estamos diante de um processo de trabalho social em que a propriedade privada dos meios de produção garante a apropriação também privada do excedente (LANGE, 1976). As relações mercantis passam a fundar de tal maneira a sociabilidade que os seres humanos não mais se relacionam entre si, mas através das mercadorias, o que revela a articulação entre trabalho alienado e fetichismo da mercadoria (FOLADORI, 2001).

Certamente o metabolismo do capital é um processo contraditório, posto que a relação que funda essa dinâmica é essencialmente antagônica ao contrapor capital e trabalho. Essa contradição, por sua vez, desdobra-se em outras, sendo que uma das mais marcantes é aquela que se realiza na concorrência entre os capitalistas. Na verdade, os capitalistas estão nessa contradição intraclasse disputando ou concorrendo para verificar qual capital individual será capaz de realizar sua valorização de forma mais ampliada que os demais justamente por conta da maior acumulação do excedente socialmente produzido (CARCANHOLO, 2011). Ou seja, estamos diante de uma contradição secundária do capitalismo, visto ser desdobramento daquela fundante entre capital e trabalho, sem a qual nem mesmo ocorreria.

Essa disputa intracapitalista pela mais-valia social, por sua vez se manifesta no desenvolvimento das forças produtivas, já que é justamente seu desenvolvimento enquanto aumento da produtividade da força de trabalho que permitirá a cada capital particular buscar extrair a maior parcela do excedente social e, conseqüentemente gerar a possibilidade, de acumular-se após a realização da venda da mercadoria (CARCANHOLO, 2011). Nesse processo dois elementos merecem destaque: o desenvolvimento das forças produtivas se dá no sentido de ampliar o controle do trabalhador e do processo do trabalho, sendo, por isso, passível de ser socialmente destrutivo das possibilidades de emancipação humana do fardo do trabalho, pois isso contraria a própria existência do capital. Outro ponto é que não há garantia que a mercadoria produzida realizará, através da venda, o excedente nela contido (SINGER, 1975). Afinal, a anarquia da produção, entendida como a incapacidade de cada capitalista individual controlar racionalmente a quantidade total de mercadorias colocadas à venda em um determinado mercado, articulada à dinâmica dos preços cujo controle também escapa ao capitalista, pode inviabilizar a realização do valor contido no capital em sua forma mercadoria. Isso porque ela pode acabar não sendo vendida ou ser vendida abaixo de seu valor, o que tornaria inviável a reprodução daquele capital (NETTO e BRAZ, 2009). Dessa forma, essas contradições se colocam como ameaça ao metabolismo do capital, mesmo que contra elas o capital desenvolva diferentes modos de tentar controlar o mercado, tais como as variadas formas monopolistas de produção. Ainda assim, a irracionalidade do mercado acaba por escapar ao controle do capital (MARTINS, 2005).

A generalização desse processo de múltiplas contradições, por sua vez, é recortada por situações em que a reprodução ampliada do capital encontrará limites para continuar se efetivando. Não são, porém, limites externos à dinâmica produtiva capitalista, mas limites colocados justamente por conta do sucesso do capital em acumular-se (NETTO e BRAZ, 2009). Esses limites representam a saturação à possibilidade do capital continuar a expandir-se de forma continuada justamente porque a produção e realização de valor esbarram no uso pleno dos potenciais produtivos daquela sociedade naquele momento. Ou seja, dentro de um quadro social e tecnológico determinado o capital atingiu o pleno emprego dos fatores produtivos de forma que qualquer inversão ou ampliação dos meios de produção não gerará uma correspondente valorização do capital aplicado. Por conta disso, e diferentemente dos modos de produção precedentes, as crises capitalistas configuram-se como crises de superprodução de capital, ou seja, os limites do capital acabam sendo dados pelo próprio capital (MARX, 1996). Sendo uma dinâmica cíclica, o capitalismo constitui-se como uma forma de metabolismo social caracterizado pela permanência de crises periódicas, o que é diferente de se afirmar que ele se desenvolve em um quadro de crise permanente (MARTINS, 2005).

Diante desses impasses à sua reprodução, o capitalismo elabora mecanismos para a superação das crises. Um dos mecanismos utilizados para superar a impossibilidade de valorização é justamente o fortalecimento das dinâmicas expansivas do capital. Assim, o capital expande-se através da progressiva mercantilização da natureza e das relações sociais além do aprofundamento da exploração da força de trabalho (MARTINS, 2005). Exemplos desses processos em andamento na atualidade são a mercantilização progressiva da água em escala planetária, bem como a expansão geográfica dos processos produtivos para áreas em que os limites para a exploração dos trabalhadores são menos rígidos. Historicamente se verificou que, por conta dessas dinâmicas, o capital se expandiu geograficamente para áreas outrora não inseridas em sua dinâmica reprodutiva. Isso se efetiva na forma de imperialismo, quando classes sociais subalternas de países da periferia do sistema passam a ter sua natureza e sua mão de obra explorada através de uma associação perversa entre capitais nacionais de seus países e capitais transnacionais dos países imperialistas. Na atualidade esse processo se desenvolve sob a denominação de globalização.

Além dessas dinâmicas expansivas – e extremamente articuladas à expansão imperialista – o capital é capaz ainda de fazer uso de processos destrutivos que possam desencadear novas condições de reprodução ampliada. Isso se dá não somente através do desenvolvimento de técnicas produtivas portadoras de destruição como as sementes *terminator*, os agrotóxicos, a obsolescência programada dentre outras tecnologias, mas fundamentalmente através da guerra. Investindo não mais em meios de produção e sim em meios de destruição, o capital pode retomar seu ciclo expansivo enquanto, em muitos casos, ainda garante, através da articulação entre guerra e imperialismo, o domínio de áreas coloniais subalternizadas. Daí que a guerra e todo o complexo industrial-militar tenham sido utilizados como elementos de regulação do ciclo de reprodução do ampliada do capital (MARTINS, 2005).

Atravessando toda essa dinâmica está o aprofundamento de uma visão colonial da natureza que passa a ser caracterizada como recurso, ou seja, como potencial mercantil a ser valorizado. A mercantilização da natureza em curso não só impede o acesso de parte da população aos meios de vida que outrora se baseavam em relações não-mercantis, mas também articula dinâmicas materiais a processos imateriais de forma insustentável. Tendo em vista que a economia deixa de ser o cuidado da casa/*oikos* e passa a se referir à possibilidade de reprodução ilimitada do capital, estamos diante de um desafio que é simultaneamente social e ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2004). Ou seja, o capital promove e potencializa através de seu próprio metabolismo a ruptura do metabolismo sociedade e natureza que se dá através do trabalho desde os primórdios da humanidade. Por conta dessa falha metabólica cuja materialidade pode ser verificada na dicotomia entre campo e cidade engendrada pelo capital (FOSTER, 2011), estamos diante de um gigantesco desafio socioambiental.

Conjugando todas essas dinâmicas sociais e naturais relacionadas ao metabolismo do capital, dentre as quais destacamos a contradição capital e trabalho, a alienação, a mercantilização, a falha metabólica, o imperialismo e as guerras, estamos na condição de afirmar *a insustentabilidade do mundo sob o modo de produção capitalista*. Ou seja, todas as demais contradições do processo de valorização do capital são decorrentes da contradição fundante desse modo de produção: a exploração da força de trabalho na forma de mais-valia. Daí que não haja possibilidade desenvolvimento de arranjos técnicos, políticos ou paliativos sociais capazes de refrear a incontabilidade

do capital (MÉSZÁROS, 2002). Tais arranjos, quando historicamente tentados, acabaram por se mostrar incapazes de estabelecer um limite absoluto ao processo de valorização ampliada do capital. Afinal, o capital só se configura como tal na medida em que é posto no processo permanente de valorização. Limitar esse processo escapa certamente aos limites da sociabilidade capitalista.

Por outro lado, dialeticamente é que a condição contraditória do metabolismo do capital se constituirá no fundamento dos processos que apontam para a superação dessa forma insustentável de relacionamento da sociedade consigo mesma e com a natureza. Ou seja, as condições de superação do metabolismo do capital são dadas pela própria dinâmica contraditória capitalista. Isso não nos pode levar ao entendimento dos processos históricos em que forças teleológicas desencadeariam necessariamente as dinâmicas responsáveis pela dissolução ou destruição do capitalismo e a consequente construção de uma sociedade emancipada. Pelo contrário, são as forças sociais em ação através das classes que definem concretamente as sociabilidades, de forma que o metabolismo do capital pode continuar a se efetivar, ainda que sob o risco de ameaça permanente e destruição das condições da possibilidade de vida para todos os humanos, ou vir a ser superado em direção a uma sociabilidade emancipada. A luta de classes é o motor desse processo.

### **Capitalismo e campesinato**

Como processualidade fundada em contradições, o capitalismo não se desenvolve de maneira linear. Tempos acelerados convivem com tempos lentos ainda que articulados ao processo de valorização, de forma que o desenvolvimento capitalista acontece de forma desigual e combinada. Por conta disso é que condições sociais não-capitalistas convivem com os processos de valorização, seja por conta de suas capacidades de resistência às relações capitalistas ou mesmo devido sua recriação pelo capital. Nessa condição se encontra o campesinato como classe *sui generis* por manter a condição de propriedade do seu principal meio de produção: a terra (PAULINO, 2007).

Contrariando análises que previam sua extinção, o campesinato continua a resistir ao avanço do capital, configurando um modo de vida próprio que confronta a sociabilidade mercantil capitalista. Desenvolvendo-se não a partir da dinâmica do lucro capitalista decorrente da produção de mercadorias na consagrada fórmula D-M-D', o

campesinato reproduz-se na produção de valores de uso que se consubstancia na expressão M-D-M, que não se fundamenta em um processo de reprodução ampliada, mas sim na reprodução da própria condição camponesa. Por conta dessa condição o campesinato é capaz de desenvolver relações com o ambiente natural através de formas diferentes daquelas engendradas pelo capital, pois, os camponeses devem necessariamente fundar seu metabolismo socioambiental no sentido da coevolução sociedade e natureza. Não se pode desconsiderar que os camponeses se encontram em um ambiente hostil, ou seja, sujeitos às pressões do capital na forma de pacotes tecnológicos, dependência, relações mercantis desfavoráveis etc. (PLOEG, 2009), além da ameaça à propriedade da terra camponesa (CARVALHO, 2011). Por isso é importante verificar como se dá a articulação entre capitalismo e campesinato no Brasil para que possamos identificar como o capital articula formas desiguais e combinadas de desenvolvimento.

O Brasil começa a fazer parte da dinâmica capitalista no papel de colônia de uma metrópole europeia para onde fornecia produtos primários e também na condição de comprador de escravos africanos em processos que contribuirão efetivamente para a acumulação primitiva de capital (PRADO JR., 2006). Para articular-se aos processos produtivos globais, no Brasil desenvolve-se a produção agrícola embasada no latifúndio monocultor exportador cujo excedente era obtido a partir da exploração da mão de obra escrava negra, cujo tráfico atlântico também era fonte de lucro mercantil para europeus (PRADO JR., 2006). Interessa-nos salientar que a exploração do trabalho escravo se constituía na principal dinâmica social contraditória, opondo senhores proprietários da terra e dos escravos e estes como peças humanas produtoras de excedente comercializável via exportação.

Sem desconsiderar o caráter fundante da relação senhor-escravo, verificou-se em diferentes tempos e espaços coloniais a existência de um (proto)campesinato nas brechas da produção monocultora-exportadora, conforme aponta Ciro Flamarion Cardoso (2009) ao estudar a chamada “brecha camponesa”. Nas fazendas fundadas no *plantation* escravista do Brasil colônia era permitido aos escravos o cultivo de subsistência (e até comercializáveis em algumas situações) em lotes cedidos pelos senhores, durante dias específicos (CARDOSO, 2009). Se por um lado essa brecha camponesa no escravismo se constituía em elemento de positividade na condição escrava, por outro ela representava uma possibilidade para os senhores enfrentarem a

insegurança alimentar que ameaçava a colônia portuguesa na América. Juntamente com a atenuação do conflito social decorrente da contradição básica do sistema escravista, a brecha camponesa se mostrava eficiente mecanismo de reprodução da relação exploratória. Além disso, a brecha camponesa se via periodicamente ameaçada por uma conjuntura externa que ditava a expansão das lavouras monocultoras, que poderia ocupar áreas destinadas aos camponeses-escravos (CARDOSO, 2009).

Com o fim da condição colonial e só muito posteriormente com a extinção do trabalho escravo também um campesinato se constituirá a partir da imigração de mão de obra europeia relacionado ao cultivo de café para a exportação. Em diversas situações, esse campesinato representava elemento fundamental para a formação do cafezal, ou seja, contribuía efetivamente para uma acumulação prévia de capital nas mãos do latifundiário exportador (GORENDER, 2013). No desenrolar da relação de trabalho, porém, as contradições relacionadas à apropriação do excedente fundamentavam uma relação conflitiva em que subalternizava o trabalhador-camponês.

A expansão do capitalismo no campo brasileiro se desenvolverá de forma mais acentuada em meados do século XX, quando um acentuado processo de modernização conservadora expulsa trabalhadores do campo para a cidade. A necessidade de formação de um proletariado/exército urbano de reserva de força de trabalho combinada com mudanças na base técnica e articuladas à manutenção do latifúndio desencadeiam um acentuado êxodo rural que será responsável pela mudança no padrão social: de sociedade agrária, o Brasil se torna em termos populacionais majoritariamente urbano. Mas também aqui se verificam processos de desenvolvimento desigual e combinado relacionados ao avanço capitalista no campo.

O debate sobre a condição camponesa nesse contexto passa a se dar no Brasil a partir de uma leitura local dos textos clássicos que faziam tal discussão em situações europeias. Constituem-se basicamente duas leituras sobre o campesinato: em uma delas o camponês era visto em seu processo de extinção que poderia se dar de duas formas: uma pela perda da terra e outra por conta de sua metamorfose em empresário capitalista (GIRARDI, 2008). Ambas as situações decorreriam da capacidade (ou não) do camponês em se adaptar ao contexto de reprodução capitalista, de forma que aqueles que fossem bem sucedidos nesse processo passariam à condição de capitalistas rurais e

os que não o fizessem estariam fadados à proletarização. Essa interpretação se configurou como o paradigma do capitalismo agrário (PCA).

A outra interpretação da condição camponesa reconhece a possibilidade efetiva de metamorfose do camponês em capitalista ou proletário, mas o faz articulando com o metabolismo social dominante, ou seja, com o capital. Assim, essa visão identificada como paradigma da questão agrária (PQA) explicita a contradição entre campesinato e capitalismo de forma a apontar que a condição camponesa autônoma só é viável em um quadro de superação do modo de produção capitalista no campo. Diferentemente do PCA que postula uma adequação do camponês à lógica produtiva de mercadorias e, portanto, substituição da fórmula M-D-M pela D-M-D', o paradigma da questão agrária defende que o avanço do capital representa uma ameaça permanente ao campesinato que só pode ser evitada pelo bloqueio desse avanço (GIRARDI, 2008). Daí a defesa que o paradigma da questão agrária faz das políticas de reforma agrária que contrapõe a unidade camponesa ao latifúndio capitalista em sua forma contemporânea de agronegócio.

As diferentes interpretações da condição camponesa acabam tendo papel ideológico importante ao fundamentarem discursos. Verifica-se tal situação no Brasil em especial a partir da década de 1990, quando o avanço das políticas neoliberais consolidou o discurso único do capitalismo globalizado. O fortalecimento da hegemonia da sociabilidade mercantil capitalista desenvolve-se como discurso único do capital, considerando que todos são portadores de algum capital, até mesmo aqueles que, na condição de proletários, seriam portadores de um “capital humano”, conforme as pedagogias patrocinada por meios empresariais (MARTINS, 2009). Fortalece uma cultura do empreendedorismo em que todos seriam capitalistas potenciais (LESSA e TONET, 2004). No campo, tal discurso também se articulará na forma preconizada pelo PCA, quando o camponês, identificado com formas arcaicas de produção e sociabilidade, deve ser suplantado pelo “agricultor familiar” modernizado e adaptado ao contexto do capitalismo.

Tal cenário torna mais complexas as condições de explicitação da relação entre capital e campesinato e, conseqüentemente, da luta camponesa com a progressiva perda de relevância do debate sobre reforma agrária para o crescimento da importância da discussão das políticas públicas de financiamento da chamada agricultura familiar. Nesse processo, sindicatos e organizações camponesas são cooptados e inseridos na

lógica produtiva capitalista, ainda que de maneira subalterna, já que o metabolismo do capital no campo se hegemoniza e se consolida de duas formas (CARVALHO, 2011).

Os processos de expansão do capitalismo no campo se dão basicamente de duas maneiras: territorialização do capital no campo e monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 2007). A territorialização do capital no campo acontece pela inversão de capital em atividades agrícolas na forma de capital fixo para a exploração de trabalho assalariado conforme se dá na produção capitalista industrial. Estamos diante da contradição capital-trabalho em que a força de trabalho é remunerada por um salário e o excedente assume a forma de mais-valia (PAULINO, 2007). Por seu turno, a monopolização da terra pelo capital ocorre através das diversas formas de relação mercantil estabelecidas pelo capital comprador de matérias-primas produzidas pelo camponês. Este recebe uma renda produto decorrente da venda daquelas matérias-primas que serão posteriormente processadas ou revendidas pelo capitalista (PAULINO, 2007).

Diferentemente da relação de assalariamento em que ocorre uma troca de equivalentes (ainda que oculte uma relação de exploração), na relação entre camponeses e capitalistas acontecem os mecanismos de expropriação da renda da terra camponesa pelo capital. Por se tratar de uma troca de não-equivalentes é possível ao camponês auferir um rendimento suplementar ao vender suas mercadorias por um valor superior ao de sua produção, mas, por encontrar-se em uma condição em que a reprodução familiar se sobrepõe à valorização e diante do controle exercido pelo capital na economia rural, é mais comum que o camponês venda em condições desvantajosas, configurando uma situação de sujeição da renda da terra pelo capital (PAULINO, 2007).

Através da territorialização do capital no campo verificam-se não os processos de reprodução ou valorização do capital tal como ocorrem na produção capitalista industrial ou na territorialização do capital no campo, mas sim a atualização de formas de acumulação de capital. Tal situação revela o desenvolvimento desigual e combinado do capital que utiliza para sua reprodução global formas não tipicamente capitalistas de exploração de mais-valia. A essa dinâmica se articulam tanto a recriação do campesinato pelo capital quanto as formas que este desenvolve de resistência ao avanço capitalista, mostrando a complexidade e as contradições do capitalismo no campo.

Tais dinâmicas podem ser sintetizadas em duas contradições: uma fundamental e outra secundária. A contradição fundamental entre capital e campesinato se dá pela

permanente ameaça à propriedade da terra representada pelos processos de territorialização do capital (CARVALHO, 2011). Tal ameaça mostra que a principal luta do camponês é contra a possibilidade de vir a se proletarizar pela perda de seu principal meio de produção para o capital. É essa contradição que informa o PQA no sentido de afirmar que não há possibilidade de “convivência” entre capital e campesinato, apontando, a partir do ponto de vista camponês, para a superação da relação conflituosa através da supressão do capitalismo no campo.

A contradição secundária é representada pela relação conflituosa pela apropriação do excedente na forma de renda da terra entre camponeses e capitalistas (CARVALHO, 2011). Pelo lado do capital, são desenvolvidas formas de subalternizar o campesinato, dentre as quais verificamos a produção integrada, onde o camponês produz sob condições determinadas por uma empresa capitalista. Há modalidades mais complexas, dentre as quais aquelas que discriminam o saber camponês e impõem pacotes tecnológicos que incluem sementes, agrotóxicos e até mecanização no sentido de ampliar a dependência camponesa ao circuito de venda mercantil e, conseqüentemente, sua inserção subalterna na acumulação de capital.

A tecnificação e artificialização da agricultura tanto cumprem esse papel de tornar o camponês dependente quanto buscam reduzir o ciclo investimento-retorno de capital. Assim são elementos que ao acentuarem o ciclo crematístico de valorização do capital submetem o campesinato e a natureza e seus respectivos ciclos reprodutivos (PORTO-GONÇALVES, 2004). Ou seja, demonstram a inadequação entre capital e o sentido de sustentabilidade fundado nos princípios de coevolução sociedade e natureza representados pelo campesinato.

A relação conflituosa entre capitalismo e campesinato constitui-se, enfim, como um conflito espacial ao confrontar a propriedade da terra – contradição fundamental – e também um conflito de classes, já que há uma relação de expropriação da renda da terra – a contradição secundária. Por se relacionarem a diferentes formas de apropriação da natureza, as contradições entre capital e campesinato configuram-se como um conflito territorial.

### Território e conflitos sociais

Por território estamos identificando uma forma específica de apropriação das condições de vida. Assim, o território deve ser entendido como a articulação espaço-temporal de um determinado modo de apropriação que, por sua, vez realiza-se enquanto portador de uma trajetória – um passado - e de um projeto – um futuro. Essa apropriação das condições de vida, porém, identifica-se a si própria especificamente como território ao relacionar-se com outras formas de apropriação, ou seja, com outros territórios. Assim, o território possui necessariamente uma dinâmica relacional – às vezes conflituosa - entre diferentes territórios. Verifica-se que o território articula, portanto, dois movimentos distintos e unitários: o tempo das coexistências e o tempo histórico (SAQUET, 2011). Por coexistências identificamos a dimensão relacional do território, ao passo que o tempo histórico articula o fluxo passado-presente-futuro. Com esse entendimento do território aproximamos a categoria trabalho da realidade concreta que é marcada por relações conflituosas e, justamente por isso, encontra-se em permanente devir.

É importante considerar ainda que o termo apropriação não deve ser considerado negativamente como controle ou mesmo a partir da dicotomia entre humanidade e natureza. Pelo contrário, apropriar-se é tornar próprio para tal finalidade. Daí que a apropriação os remeta à categoria trabalho da forma que foi entendida por Marx como troca metabólica entre seres humanos e natureza voltada à satisfação de necessidades que serão objetivadas através de mediações técnicas e sociais (MARX, 1996; FOLADORI, 2001; DUSSEL, 1991). Assim é que podemos estar diante de formas de apropriação que se fundem na coevolução sociedade e natureza – no caso do campesinato e formas ancestrais dessa relação, tais como as comunidades indígenas – bem como frente a modalidades em que a natureza é violentamente submetida a processos econômicos que se fundam na insustentabilidade socioambiental – caso do capitalismo.

Como metabolismo, o processo de trabalho/apropriação se desenvolve em condições materiais específicas de forma que sua dinâmica tanto transforma a natureza quanto modifica a condição humana. Através de uma prévia ideação os seres humanos “manipulam” na consciência, ou seja, teoricamente as mediações necessárias à satisfação de necessidades materiais (LESSA E TONET, 2004). Mas ao fazê-lo teoricamente, os seres humanos são levados a uma elaboração simbólica tanto das condições materiais quanto do próprio processo de trabalho a ser desenvolvido, o que

mostra que o trabalho articula-se material e simbolicamente ao mesmo tempo. Somente a objetivação material decorrente do processo de trabalho tornará possível a satisfação da necessidade que o engendrou, porém, a dinâmica simbólica, ao trabalhar com códigos e símbolos mostra-se fundamentalmente social, posto que a codificação linguística só faz sentido se for socialmente elaborada. O trabalho pressupõe mediações técnicas e sociais de forma que os instrumentos técnicos sendo socialmente distribuídos de forma desigual fundamentarão relações sociedade natureza dentro dessas condições desiguais. Daí que o trabalho não possa ser entendido apenas como relação homem-natureza, mas sim da sociedade consigo mesma e com a natureza.

Entender o território como apropriação implica em identificar suas condições material, imaterial e social. Materialmente o território se relaciona à apropriação dos meios de produção e de vida, sem os quais a reprodução humana se torna impossível. Nesse sentido são fundamentais as relações sociais decorrentes da propriedade de tais meios de produção que, nos seres humanos, pode se dar de forma a privar uma parte da sociedade de seu acesso com o objetivo de extrair-lhe o excedente (FOLADORI, 2001). Imaterialmente, ou simbolicamente, o território se articula como identidade territorial, ou seja, com a forma que tal modo de apropriação se representa a si mesma e frente às demais formas de apropriação. Assim é que o território estabelece uma comunicação com os demais, sendo o conteúdo dessa comunicação a sua própria identidade relacional.

Essa identidade territorial se desenvolve no fluxo temporal em que o seu passado se constitui como trajetória que a levou a ser tal como é no presente, enquanto o tempo futuro representa as potencialidades de vir a ser daquele território. No tempo presente, por sua vez, o território relaciona-se com demais territórios no chamado espaço das coexistências, onde cada um comunica ao outro sua respectiva identidade, bem como é pelo outro comunicado, gerando uma rede de mútuas comunicações e influências (SAQUET, 2011). Como permanente processo inconcluso no tempo e no espaço, o território deve ser entendido como permanente territorialização.

As diferentes formas de apropriação, porém, acabam, em muitas circunstâncias não somente se encontrando, mas se confrontando, o que demonstra que elas não são carregadas de diferentes poderes e, portanto, sujeitas a relações de dominação de uma forma de territorialização sobre outra. Como não há separação entre a imaterialidade identitária da territorialização e sua respectiva materialidade é preciso não desconsiderar

também aqui a importância das formas de propriedade dos meios de produção e de vida na determinação dos diferentes poderes territoriais.

Feitas essas considerações sobre o território é que podemos verificar que o capitalismo se territorializa na indústria ou no campo através da propriedade privada dos meios de produção que lhe permite explorar a mais-valia da força de trabalho assalariada. Verificamos que a contradição fundamental dessa forma de apropriação engendra formas de trabalho alienado que, por sua vez, está na raiz das crises de superprodução que são expansivamente solucionadas às custas de mais exploração da força de trabalho e do imperialismo, incluindo formas de mercantilização da natureza e aumento da exploração. Articulando uma condição social alienada à subordinação da natureza ao ciclo expansivo do capital verificamos o caráter insustentável da dinâmica da territorialização do capital.

Articulando processos desiguais e combinados o território capitalista, porém, se desenvolve hegemonizando territórios não capitalistas. Exemplo dessa relação é a que verificamos na monopolização da terra pelo capital, onde a renda da terra camponesa é por esse expropriada. Assim, o território camponês enquanto uma forma específica da apropriação acaba se subordinando a uma lógica produtiva que lhe é estranha. Diante da expansão da sociabilidade mercantil, o campesinato se vê sob a pressão para se incorporar cada vez mais àquela lógica, dentre as quais apontamos a progressiva artificialização da produção que atende ao ciclo de reprodução ampliada do capital. Também aqui, por conta da dinâmica expansiva do capital, verificamos prevalecer dinâmicas insustentáveis: perda da autonomia camponesa através da expropriação da renda da terra e diferentes formas de monopólio do território além da permanente ameaça da propriedade camponesa (CARVALHO, 2011).

Diante do conflito territorial os sujeitos em confronto podem assumir diferentes identidades, ainda que isso possa contrariar sua posição em uma determinada forma de apropriação. Essas identidades podem se articular como uma identidade legitimadora, ou de resistência ou ainda de projeto (CASTELLS, 1999). Por identidade legitimadora estamos identificando aquelas identidades que objetivam a manutenção de determinada situação social. No caso que estudamos da relação entre campesinato e capitalismo, essa identidade legitimadora pode ser verificada nos discursos relacionados à agricultura

familiar que objetivam inserir os camponeses na lógica expansiva do capital, ainda que de forma subordinada (CARVALHO, 2011).

Já a identidade de resistência é aquela que se contrapõe de forma parcial à sociabilidade hegemônica, considerando a possibilidade de elaboração de arranjos em que sua forma de apropriação territorial seja preservada, mesmo diante das pressões da territorialidade dominadora. Supõe a possibilidade de uma agricultura camponesa mesmo sob o capitalismo através da negação da monopolização do território pelo capital e da defesa da autonomia dos camponeses. A identidade de resistência acaba por se contentar apenas em enfrentar a contradição secundária da relação entre capital e campesinato (CARVALHO, 2011).

A identidade de projeto é aquela que, por sua vez, aponta em direção à superação da sociabilidade em vigor através de mudanças estruturais (RIBEIRO, 2010). Na relação capital-campesinato, a identidade de projeto não acredita que ambas possam coexistir, devendo-se construir uma situação social em que o capitalismo seja superado. Assim é que ela não se contenta em solucionar apenas a contradição secundária da relação camponês-capital, mas fundamentalmente centra suas ações na direção da superação da contradição principal: a ameaça à propriedade da terra camponesa por conta da expansão capitalista. A identidade de projeto é portadora de um horizonte emancipatório centrado na defesa da reforma agrária como maneira de não permitir a territorialização do capital no campo, nem tampouco a monopolização territorial por ele exercida.

Assumir uma ou outra identidade não é uma simples tomada de posição conscientemente assumida, mas sim determinada por condições materiais específicas, incluído a luta ideológica que pode levar à cooptação de lideranças com potenciais contra-hegemônicos e também as conjunturas econômicas que podem ora pesar objetivamente para a luta camponesa e ora para a dominação/expansão capitalista. Assim é que em determinados contextos o capital se expande de forma mais acentuada no campo, incluindo sua territorialização latifundiária na forma modernizada do agronegócio. Façamos um parêntese para enfatizar que, guardadas as características de cada momento histórico, a brecha camponesa sob o regime de escravidão também vivenciava uma condição de precariedade permanente colocada pela expansão do monocultivo que poderia inviabilizá-la.

### Agroecologia e identidade de projeto

Tendo em vista a questão da insustentabilidade que a hegemonia do capital suscita, é que setores camponeses têm desenvolvido uma identidade de projeto identificada com a agroecologia. Uma definição básica de agroecologia é a que articula saberes camponeses tradicionais fundados na coevolução sociedade-natureza com os conhecimentos científicos contemporâneos capazes de garantir a viabilidade econômica, a justiça social e o manejo ambiental equilibrado da produção agrícola (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014). Por ser uma definição sintética tem certamente limitações, mas é capaz de se referenciar aos diferentes entendimentos sobre a agroecologia em vigor.

Com isso reconhecemos que, conforme o conceito de campesinato, a ideia de agroecologia também é passível de interpretações variadas, incluído aquelas que não se configuram como identidade de projeto. Haveria, assim, uma identidade agroecológica que aponta no sentido da construção de “nichos” de mercado agroecológico e/ou solidário mesmo em uma totalidade hegemonizada pelo capital. Dentre os que defendem essa “convivência” há aqueles que vislumbram uma longa disputa econômica entre capitalismo e produção agroecológica em que essa lentamente se mostraria superior, acabando por superá-lo economicamente, o que aparentemente se apresenta como identidade de projeto de cunho reformista. Ambas as situações não assumem uma posição de confronto aberto entre territorialidades, mas sim posturas que transitam entre a legitimação e a resistência – no primeiro caso – e posicionamentos reformistas – no caso da superação gradual do capitalismo no campo (TONET, s/d).

Politicamente essas agroecologias se comportam muitas vezes de modo equivalente àqueles camponeses vinculados ao conceito de agricultura familiar, acabando por defender políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agroecologia e colocando em plano secundário questões relacionadas à reforma agrária (NEVES, 2012). Ou seja, se contentam em atuar nos limites da contradição secundária do capitalismo no campo.

Além dessas visões agroecológicas (GAHUR e TONÁ, 2012), porém, há aquela que se configura claramente como projeto territorial contra-hegemônico e aponta na direção de superação do capitalismo. Certamente essa territorialidade não se considera a portadora exclusiva do projeto de superação do capital, mas articula-se com outros

sujeitos também subalternizados pelo metabolismo do capital. Além disso, uma identidade de projeto não implica em uma simples negação da sociabilidade capitalista, afinal, tendo em vista sua hegemonia e necessidade efetiva de sobrevivência dos camponeses, é preciso combinar táticas de avanço político que não percam o horizonte estratégico de confrontar a contradição fundamental do capitalismo no campo: a propriedade da terra.

Assumindo abertamente o confronto, a identidade de projeto de que é portador o campesinato parte do reconhecimento de que a apropriação territorial não se restringe à dimensão simbólica, mas sim abrange a totalidade material das possibilidades efetivas de coevolução sociedade e natureza que é incompatível com o incontrolável metabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002). Esse campesinato portador dessa identidade de projeto é que estaremos identificando propositalmente como *campesinato agroecológico* para distingui-lo de um campesinato focado meramente na resistência – ainda que reconheçamos sua importância como momento de confrontação com o capital. É um campesinato que orienta suas ações no sentido de superação do desafio socioambiental representado pelo capital na forma de agronegócio latifundiário e sua territorialidade insustentável. Nessa identidade camponesa agroecológica – portanto, uma identidade de projeto - se verifica a permanência e relevância das lutas pela reforma agrária que confrontam a contradição relacionada à territorialização do capital, ou seja, aquela que ameaça mais frontalmente a existência do campesinato. Enfim, o campesinato agroecológico é aquele que, além das práticas camponesas que tradicionalmente já configurariam práticas agroecológicas, assume uma identidade de projeto em que o capitalismo no campo – representado pelo agronegócio – é continuamente negado enquanto modelo de relação sociedade-natureza. Agroecologia e reforma agrária são as “ferramentas” desse enfrentamento em favor do modelo verdadeiramente sustentável do metabolismo socioambiental camponês.

Além disso, enquanto relação conflituosa ideologicamente vivenciada, há toda uma deslegitimação do saber camponês por parte de uma mentalidade moderno-colonial articulada à hegemonia capitalista. Por conta disso as organizações camponesas agroecológicas precisam adotar um modelo pedagógico capaz de engendrar e fortalecer a identidade de projeto. Isso se dará através de metodologias que favoreçam a autonomia do educando ao invés de uma educação de cunho bancário que, de forma

semelhante às extensões rurais pautadas em pacotes tecnológicos, consideram o camponês como mero receptáculo de conhecimentos. Exemplos de práticas pedagógicas nesse sentido são aquelas desenvolvidas a partir do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire (1987; 2010), bem como aquelas colocadas em prática pelo Movimento de Camponês a Camponês em Cuba (SOSA, 2012). Ou seja, conhecimentos horizontalmente elaborados por sujeitos sociais.

Ao mesmo tempo em que coloca em prática uma pedagogia emancipatória (FREIRE, 2010; RIBEIRO, 2012) a territorialidade agroecológica antecipa - ainda que dentro dos limites materiais possíveis e que deverão ser futuramente superados - a condição de trabalho não-alienado, tendo em vista que o camponês agroecológico deve ser um produtor-experimentador. Ou seja, aquela condição do trabalho enquanto troca metabólica entre humanidade e natureza em que ambas dialeticamente se transformam é resgatada pelo camponês agroecológico. Sem dúvida que somente na sociedade emancipada é que tal possibilidade de superação das condições alienantes será efetivamente posta, mas o campesinato agroecológico é portador dessa semente repleta do sentido de coevolução socioambiental.

### **Concluindo**

De forma semelhante à condição camponesa à qual se articula, a agroecologia pode vir a significar uma efetiva contribuição dos camponeses à futura sociabilidade emancipada pós-capitalista. Para tanto há que se constituir entanto uma *identidade territorial de projeto como campesinato agroecológico*. Assim, no conflito territorial com o capital, o campesinato agroecológico articula enquanto luta política o confronto às formas capitalistas de propriedade da terra – a contradição principal – e o controle da sua produção – a contradição secundária. Certamente a luta política deverá considerar elementos táticos necessários à conjuntura de hegemonia da sociabilidade mercantil em que se dá a reprodução camponesa sem com isso perder de vista a luta estratégica de superação das relações capitalistas. Isso se configura como um desafio aos agroecologistas-educadores já que as condições imediatas tendem a pressionar com suas urgências as lutas políticas de longo prazo. Pedagogicamente é uma situação que somente o saber horizontalizado pode apresentar contribuições efetivas, posto que

calcado em práticas socioambientais fundadas na coevolução e, portanto, portadoras de uma contradição aberta com a insustentabilidade do capital.

Enquanto contribuição à sociabilidade emancipada o campesinato agroecológico resgata o trabalho enquanto metabolismo socioambiental na medida em que o processo de trabalho objetiva a satisfação de necessidades e não mais a valorização do capital. Ou seja, não há mais uma articulação insustentável entre condições de vida sociotécnicas limitadas e a “necessidade” ilimitada de expansão capitalista, o que se configura na substituição da fórmula D-M-D’ (valorização) pela produção de valores de uso. O trabalho não alienado torna-se efetivo e rompe-se a dicotomia entre pensar e fazer. Enfim, os seres humanos deixam de se relacionar através das mercadorias por eles criadas e passam a se relacionar inteiramente consigo mesmos enquanto humanidade e com a natureza no sentido de coevolução.

## **Referências**

CAPORAL, Francisco. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência – volume 1**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **A brecha camponesa no sistema escravista**. In: WELCH, Clifford Andrew (et. al.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato**. (mimeo.) Curitiba, 31 de julho de 2007.

\_\_\_\_\_. **Na sombra da imaginação (1) - Reflexão a favor dos camponeses**. Curitiba, abril de 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/na-sombra-da-imagina%C3%A7%C3%A3o-1-recamponesa%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso: 04/05/2014.

\_\_\_\_\_. **Na sombra da imaginação (3) - Reflexão a favor dos camponeses**. Curitiba, abril de 2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/na-sombra-da-imagina%C3%A7%C3%A3o-3-o-campon%C3%AAs-esupera%C3%A7%C3%A3o>

C3%A3o-de-um-%E2%80%98destino-med%C3%ADocre%E2%80%99. Acesso: 04/05/2014.

\_\_\_\_\_. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social.** In: Boletim DATALUTA – Artigo do mês: maio de 2012. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim\\_dataluta\\_5\\_2012.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_5_2012.pdf).

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade – volume II.** São Paulo: paz e Terra, 1999.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx: um comentario a lós Grundrisse.** México: Siglo Vintiuno Editores, 1991.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** In: Trabalho Necessário, ano 4, número 4, 2006. Disponível em: file://C:\Documents and Settings\Administrador\Meus documentos\Minhas Webs\NED. Acesso: 20/04/2012.

FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. **A formação do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do desenvolvimento sustentável.** Campinas (SP): Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

GAHUR, Dominique e TONÁ, Nilciney. **Agroecologia.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular, 2012.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária.** Tese de doutorado: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n], 2008.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.** In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990 (Questão Agrária, vol. 6).** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LANGE, Oskar. **Modo de produção e formações sociais: a concepção materialista da história.** Coimbra (Portugal): Centelha, 1976.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro e FILHO MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, José. **Império do terror – Estados Unidos, ciclos econômicos e guerras no início do século XXI**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política. Volume 1, tomo 1**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital – rumo a uma teoria da transição**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2002.

NETTO, José P. e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NEVES, Delma. **Agricultura familiar**. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, Ana Fani (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2007.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Geografia agrária e questão agrária**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano et. al. (Orgs.) **Geografia agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, Paulo (Org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004).

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. **Emancipação versus cidadania.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

SAQUET, Marcos A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma nova concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo. (a) **La agroecología como estrategia metodológica de transformación social.** Córdoba, Espanha: Instituto de Sociología y Estudios Campesinos de la Universidad de Córdoba, [s.d.]. Disponível em: [http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la\\_agroecologia\\_como.pdf](http://www.agroeco.org/socla/pdfs/la_agroecologia_como.pdf). Acesso: 10/09/2013.

SILVA, Eduardo Mazzetto Silva. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato.** Revista Geografias Vol. 3, Nº1. Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2007, p. 46 a 63.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à Economia Política.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

SOSA, Braulio et. al. **Revolução agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

STÉDILLE, João Pedro. **Questão Agrária.** In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/ São Paulo: EPSJV / Expressão Popular. 2012.

TONET, Ivo. Sobre “**Mudar o mundo sem tomar o poder**” de John Holloway. [s/d.] Disponível em: [http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Sobre\\_MUDAR\\_O\\_MUNDO\\_SEM\\_TOMAR\\_O\\_PODER\\_de\\_John\\_Holloway.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/Sobre_MUDAR_O_MUNDO_SEM_TOMAR_O_PODER_de_John_Holloway.pdf). Acesso: 01/04/2014.

ZIEGLER, Jean. **Destruição em massa: geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013.

Recebido em 27/07/2014.

Aceito para publicação em 13/02/2015.